

Mudanças tumultuam ensino básico

Autonomia para estados adotarem sistemas seriados ou de ciclos fez com que o país tenha hoje pelo menos 17 sistemas alternativos

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

A liberdade que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) deu aos estados para decidir como estruturar seus sistemas educacionais foi aplaudida no país inteiro. Mas trouxe um efeito colateral que só agora começa a ser percebido. Com a permissão para mudar as escolas da forma que achassem melhor, cada estado criou seu próprio projeto. Hoje, há quase tantos tipos de escolas quanto estados.

A preocupação do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) não é tanto com a forma independente com que estados e municípios aplicam o sistema. O grande problema são as consequências que os sistemas diversificados podem acarretar. As alternativas são tantas que podem trazer dificuldades para o MEC planejar suas ações. Sem contar que casos de transferências de alunos de um estado para outro — ou mesmo de um sistema municipal para um estadual — ficam complicados, já que, muitas

vezes, eles são diferentes.

Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) mostra que 17 dos 27 estados brasileiros (incluindo o Distrito Federal) implantaram ou estão implantando sistema de ciclos — em que os alunos são distribuídos por fases de aprendizagem, representando pelo menos dois anos das antigas séries como, por exemplo, a 1^a e 2^a séries. Alguns usam o sistema conjugado com as séries, outros apenas em projetos educacionais especiais.

Em alguns casos, como no Rio Grande do Sul, o sistema estadual continua em séries. Na capital, Porto Alegre, a maior parte das escolas está usando o sistema de ciclos.

“A liberdade dada aos estados é importante, e não pode ser mudada, mas seria mais interessante se os programas não fossem tão diversificados”, diz Virgínia Farha, diretora de políticas da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) do ministério. É que nem mesmo entre os estados que passaram a adotar o novo sistema os projetos são necessariamente semelhantes.

Entre os 17 estados que o implan-

Nehil Hamilton 4.11.98



Panisset: “Não tem sentido fazer o aluno concluir o 1º grau aos 13 anos”

taram existem 10 programas diferentes. Eles vão desde os que usam um ciclo de dois anos — unindo 1^a e 2^a séries em uma classe de alfabetização —, passando para séries, até os que estão com duas fases de quatro anos ou, no caso do Mato Grosso, três de três anos.

“Enquanto as diferenças forem só

entre séries e ciclos, ou na divisão das fases, uma avaliação do aluno pode resolver”, afirma Ulysses Panisset, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. “Mas se alguns estados mantiverem o ensino fundamental de oito anos, e outros adotaram o de nove, como permite a lei, o problema vai ser muito maior.”

Essa questão é uma das liberdades que a LDB deu aos sistemas educacionais: decidir se admitirão ou não crianças de seis anos na 1^a série. Se isso acontecer, o CNE quer que o 1^º grau passe a ter nove anos. “Não tem sentido fazer isso para que as crianças terminem a 8^a série com 13 anos”, diz Panisset.

MUDANÇAS

As consequências da liberdade do sistema vão além dos possíveis problemas de transferência. Afetam diretamente os programas educacionais do MEC. O documento preparado pelo Inep servirá de base para a coleta de dados do Censo Escolar de 1999. A estrutura terá que ser mudada, até mesmo para que se chegue a dados sobre evasão, repetência e progressão escolar. Sem esses números, o ministério não tem como planejar as ações educacionais para os próximos anos.

E mesmo com eles, todas as ações devem ficar mais difíceis a partir de agora. Um dos projetos que pode claramente ser afetado é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui o material para crianças de escolas públicas de 1^a a 8^a série. “Nós não temos hoje livros para nove séries, e não sei como as editoras se preparariam para isso”, analisa Virgínia Farha, do MEC. Sem contar que, com cada estado adotando um tipo

de sistema, a distribuição dos livros exigiria estratégias diferenciadas para cada lugar. Trabalho a mais que, com os livros, custaria ainda mais.

O ministro da Educação, Páulo Renato Souza, já manifestou preocupação com as alternativas que os estados estão criando. Há cerca de dois meses, quando divulgou os dados do Censo Escolar 1998, o ministro declarou que iria pedir ao CNE que analisasse uma forma de regular as diversas alternativas que estão surgindo.

Uma hipótese improvável. “Nós não temos como controlar isso, porque é uma possibilidade que a LDB abriu”, explica Ulysses Panisset. A única coisa sobre a qual o Conselho pode deliberar é o 1^º grau de nove anos, já que a LDB permite que as crianças entrem na escola com seis anos, mas não determina quantos anos o ensino fundamental deve ter.

O assunto está em pauta nas reuniões do CNE há dois meses, mas ainda não chegou a ser discutido. O último adiamento foi causado pelo MEC, que entregou aos conselheiros o estudo do Inep para que este fosse levado em conta na hora do CNE decidir como deverá ser a mudança. “Justamente pelo problema que pode causar aos estudantes é que temos que analisar a questão com muito cuidado”, diz o conselheiro.